

## BANCA

**Crise** Banco de João Rendeiro esteve à beira de fechar. Supervisores têm estado a analisar com detalhe a gestão do último ano

# Teixeira dos Santos obrigado a salvar o BPP

Confiança no sistema ficava em causa

Textos ANABELA CAMPOS, ISABEL VICENTE e NICOLAU SANTOS

N uma semana particularmente difícil para o Banco Privado Português (BPP) — depois de o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, ter afirmado que a queda do BPP não traria “riscos sistémicos” e de o Banco de Portugal (BdP) ter assumido que ao abrigo do aval o banco não teria direito a mais de €45 milhões — só a intervenção directa do primeiro-ministro possibilitou um volte-face visando o saneamento da instituição.

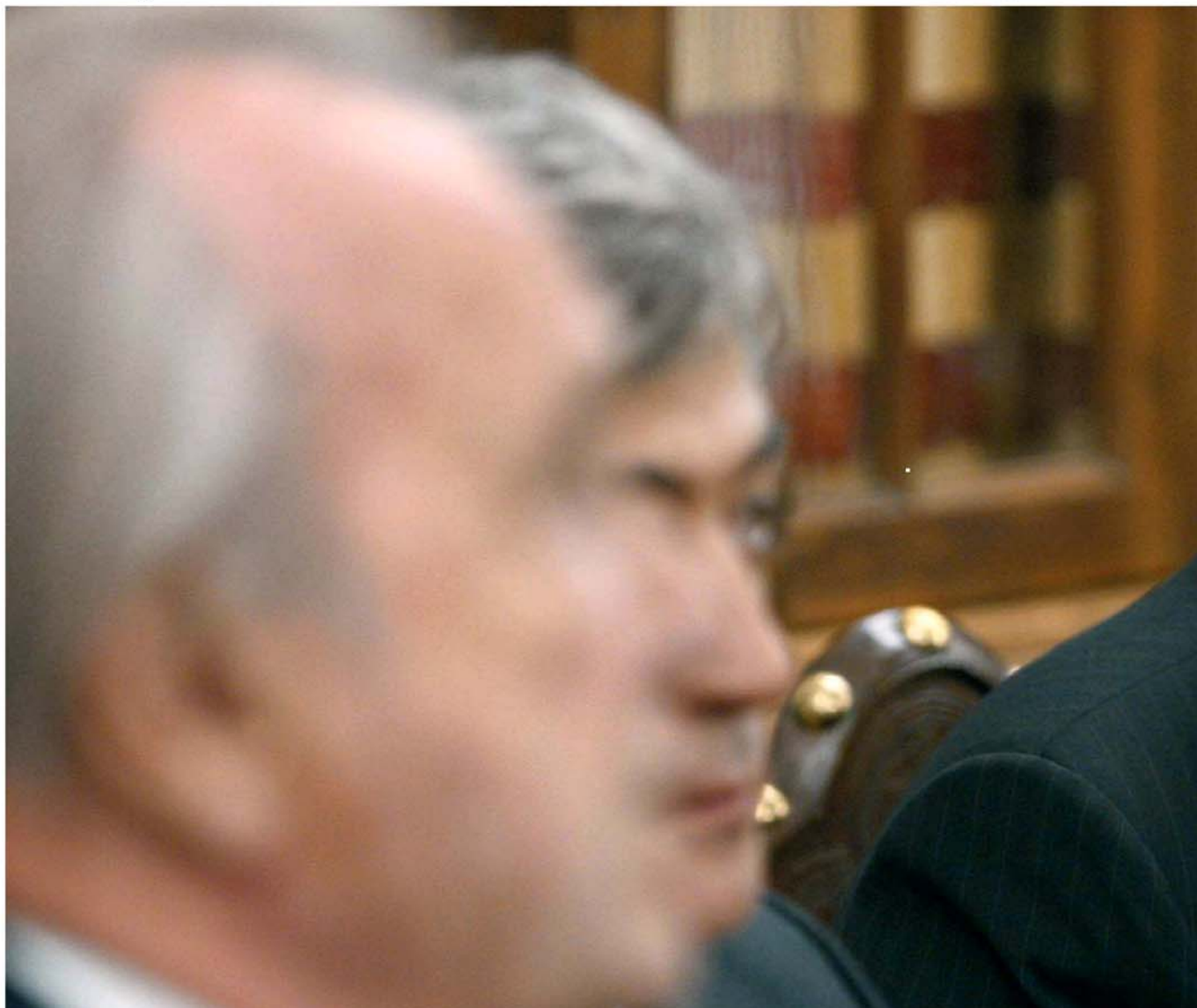
Com efeito, com o passar dos dias, começou a ser evidente que a insolvência do banco teria impactos fortes em depósitos de clientes da ordem dos €375 milhões (e recorde-se que o Governo garantiu que nenhum depositante seria afectado por esta crise), mas também em vários bancos nacionais (que no mercado interbancário concederam liquidez ao BPP na ordem dos €300 milhões). O risco sistémico tornou-se evidente, tanto mais que há inclusive bancos internacionais credores do BPP. José Sócrates não quis correr o risco de ver qual o efeito no sistema financeiro da falência de um banco, mesmo que sejam várias as vozes a dizer que se trata de um banco dos ricos.

Além disso, importantes empresas nacionais, que investiram nos veículos financeiros criados pelo BPP, estão também a sentir fortemente as dificuldades porque o BPP está a passar.

Contudo, o plano para salvar o BPP não é feito ao abrigo da linha de €20 mil milhões que o Estado disponibilizou para as instituições financeiras, com dificuldades de liquidez, mas através de um plano específico. Visa garantir os depósitos e as dívidas a bancos e outras instituições financeiras, mas não as eventuais perdas dos veículos financeiros e as carteiras em que está investido o dinheiro dos clientes do «private banking».

O pivô deste plano terá sido desde o início o governador do BdP, Vitor Constâncio, que depois de uma tentativa falhada para que o BCP integrasse o BPP se desdobrou em contactos e acabou por convencer seis bancos — CGD, o próprio BCP, BES, BPI, Santander Totta e Crédito Agrícola (CA) — a financiar o BPP. A operação incluiu, em princípio, um financiamento de €600 milhões por parte dos seis bancos, que avançarão com um aval do Estado. Conseguiu-se um valor que acaba por andar próximo dos €750 milhões pretendidos por João Rendeiro, presidente do BPP.

O BdP deverá ainda nomear administradores independentes para a gestão do banco. “Quem ficar à frente do banco terá de perceber que activos devem ser salvaguardados, cumprir o pagamento de depósitos e descortinar se o





banco tem viabilidade e de que forma. Caso contrário, terá de propor um plano de liquidação", afirmou fonte de um dos bancos que compõem o consórcio.

João Rendeiro — fundador do BPP e o seu maior accionista com 12,5% — vai ser afastado da instituição, por exigência dos bancos que compõem o consórcio. Rendeiro, presidente do conselho de administração do BPP, não irá criar qualquer obstáculo à sua saída. Paulo Guichard deverá manter-se como presidente executivo.

Ao Estado serão dadas garantias com base em activos do BPP. A carteira de títulos — entre eles o BCP, a Brisa e a Mota-Engil —, os depósitos e o património estarão entre estes activos.

A solução foi encontrada após demoras e duras negociações, e acabou por ser política. Os bancos foram sempre resistindo à ideia de comprar o BPP — um gestor de fortunas, que conta com 3.000 clientes e negócios de «private equity» — e ninguém quis assumir a responsabilidade individualmente. Só mesmo a intervenção das autoridades e a garantia de que o Estado dará o aval ao empréstimo é que permitiu desatar o nó.

Outro factor decisivo foi o endividamento do BPP junto de instituições internacionais, que caso o banco entrasse em incumprimento, iria afectar todo o sistema — inclusive com cortes de linhas — e o «rating» do próprio país.

Até à hora de fecho não se conhecia ainda em detalhe a arquitectura do pla-

#### PLANO DE SANEAMENTO

■ O Banco de Portugal (BdP) liderou o processo de negociações com um sindicato de seis bancos — CGD, BCP, BES, BPI, Santander Totta e Crédito Agrícola — para injectar dinheiro no BPP, através de um empréstimo que poderá ascender a €600 milhões. A operação será feita ao abrigo do aval do Estado, que receberá como contragarantia activos do banco

■ O financiamento serve para fazer face aos depósitos e ao endividamento externo no interbancário que está a vencer. No total o montante ascende a €700 milhões. O objectivo do plano é manter a confiança no sistema

■ O BdP vai nomear administradores independentes para acompanhar a gestão. João Rendeiro vai sair

no de saneamento do BPP e admitia-se até que o valor do empréstimo aumentasse. Durante a tarde estava previsto um encontro entre os accionistas do banco — entre eles Francisco Pinto Balsemão e Stephano Savioti —, o BdP e o Ministério das Finanças, para formalizar o acordo.

#### CMVM analisa gestão

O Expresso sabe que a instituição está sob o olhar atento das autoridades supervisoras — BdP e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), que se encontram há dias nas instalações do banco. A CMVM está a olhar para os fundos do BPP — o banco tem a gestão individual de activos de quase 9 mil pequenos clientes, envolvendo um montante de €1,3 mil milhões.

Mas as autoridades não estão só a avaliar os activos, a composição dos veículos e os investidores, estão também a passar a pente fino todas as operações realizadas pelo BPP. Há indícios de que poderá haver problemas de gestão e muitos clientes têm-se mostrado insatisfeitos, porque não estão a conseguir levantar poupanças, uma situação que se agudizou na última semana.

Fonte do banco garante que a falta de liquidez está associada às menos-valias, provocadas pela queda abrupta dos mercados. Assegura ainda que o problema de liquidez não é o «private equity», mas no retorno fixo.

acampus@expresso.pt

## ‘Buraco’ no BPN cresce de dia para dia

**BPN deverá suspender mais ex-gestores e quadros coniventes com irregularidades. Na SLN, Cadillac já vendeu sete empresas**

À medida que avança a fundo nos meandros do Banco Português de Negócios (BPN), a nova administração do banco, liderada pelo vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos, Francisco Bandeira, vai sendo confrontada com mais surpresas desagradáveis. A dimensão do ‘buraco’ ainda está por calcular — mas já é certo que ultrapassa largamente os €700 milhões referidos quando foi decretada a nacionalização do banco pelo Governo, no dia 2 deste mês.

Entretanto já começam a ser visíveis as acções tomadas por Francisco Bandeira no âmbito daquilo que considera ser a ‘arrumação’ da casa. José Augusto Oliveira Costa, filho de José Oliveira Costa — que ficou preso preventivamente no dia 20, — foi chamado pela administração, tendo-lhe sido comunicada a destituição do cargo de director do banco, conforme noticiado pelo ‘Diário de Notícias’. Outras situações como esta se seguirão, já que existe a convicção de que ainda estão dentro do grupo elementos que foram coniventes com as irregularidades cometidas durante o período em que Oliveira Costa foi presidente. Mas para isso a administração tem de recolher informação suficiente para poder avançar com a instauração de processos.

O BPN mantém, por outro lado, o contacto com a SLN, de forma a avaliar a situação das cerca de 200 empresas que estão sob a alçada deste grupo e as suas necessidades de financiamento. É natural que a venda da Real Seguros (uma parte detida pela SLN e outra — o ramo Vida — detida pelo BPN) seja articulada em conjunto pelas duas administrações. Mas caso a Real Seguros (Não Vida) seja vendida a uma seguradora sem canal bancário, poderá ser firmado um acordo para que o BPN funcione como canal de distribuição.

Esta semana a SLN anunciou que o seu conselho de administração aprovou as primeiras sete operações de venda de empresas do grupo, “que a seu tempo serão objecto de divulgação”. Fonte da SLN adiantou ao Expresso que a venda de alguns destes activos poderá estar concluída até ao final do ano. A empresa já tinha tornado público, através do seu «site» slnfocus.com, que tinha recebido uma proposta de compra das participações que detém nas empresas Raposeira, Tapada do Chaves e Murganheira.

Miguel Cadillac, que em Junho tomou as rédeas do grupo, logo definiu a necessidade de vender uma série de empresas para conseguir recuperar o BPN. Na prática, quase todas as áreas de negócio foram colocadas à venda, à excepção da financeira. Mas a nacionalização do BPN obrigou a uma alteração de estratégia — pelo que nesta fase será necessário decidir o que fazer com as empresas, dado que, se o plano de vendas fosse cumprido conforme a sua versão original, nada restaria dentro do grupo.

Foi por isso que a SLN fez aprovar na quinta-feira um documento a que chamou as “opções estratégicas do grupo SLN pós-nacionalização do BPN”. O documento, que readequa a estratégia à realidade após a saída do seu principal activo — o BPN —, será ainda submetido ao conselho superior da SLN e depois à apreciação da assembleia geral de 18 de Dezembro.

Segundo um accionista histórico, “a descapitalização das empresas do grupo foi sempre um problema grave”. E explica: “Oliveira Costa queria fazer crescer o BPN e, além dos negócios que passariam pelo balcão virtual, praticava taxas de juro muito acima do mercado às empresas do grupo, prejudicando a sua viabilidade, além de que nunca se

#### O QUE ESTÁ A BANCA A FAZER

##### FINIBANCO REFORÇA CAPITAL

Reunidos esta semana em Assembleia Geral, os accionistas do Finibanco aprovaram um aumento de capital até €50 milhões que será concretizado até Março de 2009. Este reforço, aprovado por mais de 80% dos presentes, será reservado a accionistas, sendo uma tranche destinada ao público. O presidente do banco, Humberto Costa Leite, referiu que o Finibanco tem um rácio de depósitos em crédito equilibrado e que “a dívida do banco em termos de financiamento externo tem uma expressão reduzida e só vence a partir de meados de 2010”. Segundo Costa Leite, o aumento de capital serve sobretudo para fazer face à expansão do banco em Portugal e em Angola e prende-se também com as novas exigências a nível europeu, as quais impõem que os rácios de capital (tier 1) tenham um mínimo de 8% no final de 2009. Questionado sobre se o Finibanco vai recorrer ao aval do Estado, Costa Leite afirma: “Estamos a estudar essa hipótese e outras alternativas de financiamento, nomeadamente junto do Banco Central Europeu”. Afirma ainda que “o Finibanco não está com problemas de liquidez”, mas confessa que o negócio bancário é um negócio de confiança e que alguns clientes pedem esclarecimentos devido à actual conjuntura. Quanto a eventuais movimentos de fusão ou concentração “serão analisados quando aparecerem. Mas não existe qualquer cenário em cima da mesa. Para isso é preciso que duas partes tenham vontade em avançar para uma fusão”. Refere que o banco teve “sempre um crescimento numa base prudente”, e que os bancos em alturas de abrandamento económico olham para a concessão de crédito de uma forma conjuntural. “Não vamos ser mais rigorosos, nem menos. Continuaremos a ser rigorosos”, remata.

##### FINANTIA EQUACIONA AVAL

O Finantia, banco liderado por António Guerreiro, não comenta rumores de movimentos de concentração em que esteja envolvido, e diz-se numa situação confortável, evocando o encaixe de €100 milhões realizado com um aumento de capital, feito há cerca de um ano. O Expresso apurou que o banco deverá aceder ao aval do Estado.

##### BES E CGD COM AVAL GARANTIDO

Na quinta-feira o BES ficou a saber que a garantia pedida ao Estado para o financiamento no mercado interbancário foi autorizada pelo secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Carlos Pina. O aval autorizado serve para cumprimento de obrigações de capital e de juros no âmbito de um empréstimo obrigacionista a emitir pelo BES no montante de €1,5 mil milhões, com um prazo de três anos. A mesma autorização foi concedida à CGD. Neste caso a garantia do Estado envolve um montante máximo de €2 mil milhões. Segundo um comunicado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), não estão ainda previstas a data e condições específicas em que a CGD utilizará esta garantia. Mas, segundo o ‘Jornal de Negócios’, a CGD pagará ao Estado €51,9 milhões pela utilização do aval, no total dos três anos. O BCP também avançou com o pedido de um aval estatal no montante de €1,5 mil milhões e aguarda a respectiva autorização.

##### MONTEPIO PREPARA AUMENTO

O Montepio está a equacionar um aumento de capital de €100 milhões que será colocado à apreciação da Associação de Mutualistas, detentores de 100% a Caixa Económica, em Assembleia Geral que deverá ocorrer em Março de 2009.

##### ESFG AVANÇA COM €196 MILHÕES



João Rendeiro, fundador e maior accionista do Banco Privado Português (BPP), vai ser afastado da gestão